

# **“POR UM MODELO EUROPEU DE ENSINO SUPERIOR”: comentários ao “Rapport Jacques Attali” sobre a reforma do ensino superior francês**

*Hélgio Trindade*

**“Mais do que nunca, o desenvolvimento e a  
qualidade de vida de uma nação dependerão de  
seu nível cultural e científico, que dependem  
fundamentalmente do valor de seu ensino  
superior”(Rapport J. Attali, p.1)**

Recente relatório sobre o ensino superior francês, elaborado por uma comissão sob a presidência de Jacques Attali, ex-assessor especial do Presidente François Mitterrand, analisa a estrutura do sistema, propondo sua reforma na perspectiva da construção de “um modelo europeu de ensino superior”.<sup>(1)</sup> Desde a principal reforma da França do após-guerra, realizada pelo Ministro Edgard Faure sob o efeito de Maio de 68, em que foi concedida autonomia às universidades e estabelecido o sistema de ensino superior tecnológico (IUT), tem havido nos sucessivos governos reformas parciais. O “Rapport Attali”, elaborado por uma equipe de dezesseis especialistas, apoiando-se em consultas a dirigentes das instituições de ensino superior e suas associações, sindicatos patronais e de trabalhadores, representantes governamentais e parlamentares, propõe-se a uma reformulação ampla do ensino superior, com propostas inovadoras dentro da tradição francesa.

## **1. Educação superior, desenvolvimento e qualidade de vida**

Diferentemente do sistema brasileiro, fracionado pela hegemonia numérica das “faculdades isoladas” privadas (cerca de 490 privadas e 147 públicas) e pela divisão entre universidades públicas e não públicas (68 públicas federais, estaduais e municipais e 59 privadas), (2) o sistema francês é dividido entre universidades públicas (87) e institutos universitários tecnológicos (92) onde têm acesso direto 61,5% dos jovens que concluem o segundo grau (“bac”) e um conjunto de “grandes écoles”, com maior prestígio, em que prepondera um sistema altamente seletivo e socialmente elitizado.

O *Rapport Attali* diagnostica a fratura do sistema e os estrangulamentos do ensino superior fran-

cês, definindo as políticas estratégicas para a superação da situação atual. Embora o relatório se refira a um contexto histórico e sócio-econômico diferente do brasileiro, seu conteúdo é relevante para comparar, tanto as questões substantivas subjacentes, como a proposta de superação das disparidades no interior do sistema e os novos desafios do ensino superior na França com vistas à elaboração de um “modelo europeu”.

O balanço da comissão de especialistas valoriza a capacidade de expansão da educação superior na França: em 1900 havia 30 mil estudantes, em 1960, 310 mil, cresceu para 1,2 milhões em 1980 e 2,1 milhões em 1997, o que significa que o número de estudantes multiplica-se por 70 ao longo do século. O Relatório, mesmo reconhecendo que o sistema de ensino superior como um todo, “soube, no essencial, responder ao crescimento rápido da demanda por

educação no país”, ele “tornou-se, com o tempo, confuso, burocrático e gerador de desigualdades”. Destaca o relatório que “uma criança escolarizada no curso primário no subúrbio pobre, não tem a menor chance de entrar numa grande école. Em consequência, afirmam os especialistas que, se uma parte importante da população não pode incorporar-se às elites do país, as consequências para a unidade nacional seriam muito graves.”

Além do problema da *equidade*, a educação superior enfrenta também problemas de organização: “Confrontado pela revolução das tecnologias da informação e das condições de trabalho, pela diversificação das trajetórias profissionais e pelas exigências da formação permanente”, assim como pela mudança “das relações entre o Estado, as empresas e a sociedade no contexto da unificação europeia, deve o ensino superior rever com urgência seus objetivos e simplificar sua organização.”

Para o ensino superior francês atingir tais objetivos será importante que ele responda às “necessidades da formação permanente, da incorporação das novas tecnologias e da criação de instituições eficazes e parcimoniosas com o uso de recursos públicos. Será preciso também aceitar uma competição *maîtrisée*, uma emulação científica e pedagógica entre estabelecimentos de ensino. Será sobretudo preciso reduzir a extraordinária separação que se estabeleceu recentemente entre os grupos sociais cujos filhos monopolizam o melhor do ensino superior e os outros que serão cada vez mais irreversivelmente excluídos.”

## 2 - Universidades e globalização:

Outra questão crítica é a problemática da universidade diante do contexto da globalização. Se o “processo de mundialização do mercado” for aplicado no campo da educação superior, “ele implantará um modelo mundial de ensino superior estandardizado, no qual o Estado desaparecerá e o mercado moldará os currículos e as carreiras. Neste modelo exacerbado que está apenas em gestação, as universidades tornar-se-iam empresas à busca de *clientes* - alunos disponíveis, sem distinção de nacionalidade - e em concorrência com o mercado mundial para atrair os melhores *fatores de produção* - professores e os financiamentos - com vistas a maximizar os *lucros* - quer dizer os meios de desenvolvimento. Neste modelo (onde o ensino superior deixaria de ser uma carga para a coletividade para tornar-se uma fonte de lucro para as empresas) a emulação e a concorrência estaria pre-

sente em todos os níveis. Os estudantes teriam de financiar seus próprios estudos, através de recursos familiares, buscando emprestados nos bancos ou mesmo nos mercados financeiros, que investiriam no futuro dos estudantes talentosos como eles investem hoje nas empresas inovadoras.”

Dante desse cenário possível, o Relatório analisa os efeitos de tal dinâmica sobre o ensino superior: “no país onde tal evolução ocorrer plenamente, ou seja, que o mercado regeria o ensino superior, seu orçamento diminuiria” e “se assistiria então, como sob o mercado de todo bem de consumo, a uma distinção crescente entre produtos de alto valor e produtos de massa”. Tal situação produziria no alto da hierarquia “pólos de excelência” e em baixo “um ensino de massa, razoavelmente adequado e cada vez mais mal financiado”.

A principal consequência indicada pela comissão de especialistas é que se “acumulariam assim, de geração em geração, as conquistas culturais do grupo social privilegiado e se agravariam as desigualdades diante do saber. Cada vez mais, somente os mais bem formados teriam então acesso às novas tecnologias, que transformariam a natureza dos saberes e as maneiras de aprender. Ver-se-ia as universidades afastar-se de algumas de suas missões de pesquisa fundamental e aquelas que não pudessem estabelecer ligações com o setor privado, eliminariam o ensino das disciplinas muito caras e sem empregos imediatos.”

Sobre este ponto o “Rapport Attali” adverte que “se esta evolução, ainda inicial em termos mundiais, fosse concretizar-se na França, ela abalaria os fundamentos da República, em especial a igualdade de acesso ao serviço público do ensino, que é um dos seus princípios maiores. A França, em sua própria natureza, seria posta em causa.”(5)

## 3- Por um modelo francês e europeu de ensino superior

O Relatório, após reconhecer que “a excelência é frágil” no atual sistema, mostra como, durante dez séculos, “o poder político sempre desconfiou continuamente das universidades” e “sempre criou sistemas paralelos para recrutar os altos funcionários do Estado.”

Esta desconfiança explica a criação do *Collège de France*, em 1530, para introduzir “o espírito da Renascença” face a uma universidade, controlada pela Igreja e submetida a escolástica. Foi para fugir ao “obscurantismo universitário” que, desde o século

XVIII, são criadas as *Écoles Spéciales*, que se tornam depois as *Grandes Écoles*, onde o Estado recruta seus quadros militares e técnicos: desde a *École des Ponts* em 1747 até a *École Polytechnique et École Normale Supérieure* em 1794.

A universidade francesa será valorizada, como reação contra a Revolução, pelo Império e a Restauração na primeira metade do século. Desconfiando das *Grandes Écoles*, vistas como mais vinculadas aos ideais republicanos, impõe-se a universidade napoleônica estatal para formar as elites do novo poder. Após a Revolução de 1848, a Segunda República concebe um projeto de uma *Escola Nacional de Administração*, abandonado pelo Segundo Império de Napoleão III que limita fortemente as funções pedagógicas da *École Normal Supérieure*. Com a Terceira República, após a queda do Império em 1870, reforça-se novamente o peso das *Grandes Écoles* “onde o Estado, tornando-se construtor e industrial nelas busca seus quadros técnicos”. Desde 1945, que o fosso entre as duas instituições se agrava: “o Estado recruta doravante todos os altos funcionários através de algumas grandes escolas e não dos diplomas universitários, concedidos em seu próprio nome.”

O diagnóstico do Relatório mostra que se, por um lado, as universidades estão “pouco preparadas para a modernização”; por outro, as grandes escolas tornaram-se “uma máquina de reprodução das elites” cujo recrutamento “é socialmente muito desequilibrado.” Um dos eixos centrais do Relatório é o de propor, uma “reaproximação de fato entre os dois sistemas” através da organização da educação superior em dois e não mais em três ciclos.

O primeiro nível seria de uma *Licence* (Bac+3) com uma duração média de três anos, onde se combinaría a formação geral com um campo disciplinar de especialização, com uma forte ênfase profissional e uma metodologia de trabalho em pequenos grupos.

O segundo nível, compreenderia a *Nouvelle Maîtrise* (Bac+5) e o *Doctorat* (Bac+8). O primeiro, compreenderia um total de dois anos de curso, envolvendo seis meses de estudos, seis meses de estágio e um ano de pesquisa ou de estudos complementares; e o segundo, permitiria que, no primeiro ano, o aluno refaça sua cultura científica através de uma formação pluridisciplinar em matérias afins, completadas por seis meses de um estágio de pesquisa. O segundo ano seria dividido em seis meses de formação mais especializada e seis meses de início da pesquisa, onde se poderia solicitar os exames para a obtenção do título da *Nouvelle Maîtrise*. Os três anos finais seriam dedicados à realização do trabalho de pesquisa e à redação da tese.

Essa nova forma de estruturação do ensino superior que o aproximararia do padrão anglo-saxão de organização do *Master degree* e do *PhD*, está concebido dentro de uma visão de longo prazo que estabeleceria as missões do ensino superior através de sete direções seguintes: 1- permitir a cada estudante encontrar seu domínio de excelência (inclusive utilizando-se dos seus fracassos para descobrir suas capacidades, evitando assim que alguém abandone o ensino superior sem obter um diploma); 2- fazer progredir os conhecimentos, ou seja, o saber coletivo através da pesquisa; 3- preparar novos profissionais, o que implica em se adaptar às profissões do futuro e ao espírito empresarial; 4- manter o saber através da formação permanente; 5- fazer progredir a justiça social, fazendo com que os estudantes dos bairros periféricos possam obter os meios para desenvolver estudos superiores de longa duração; 6- acentuar a abertura ao mundo exterior, acolhendo mais estudantes e pesquisadores estrangeiros; 7- criar um modelo europeu significa que cada reforma deve ser pensada em sua dimensão internacional, e em particular européia.

A partir do estabelecimento da sua “missão”, o Relatório apresenta os “novos princípios de organização do ensino superior que buscará generalizar “a todos os estabelecimentos o que se faz hoje de melhor nas universidades e nas grandes escolas.

Os principais princípios propostos são: 1- *um sistema coerente*, o que significa que os diplomas e os currículos de todos os estabelecimentos de educação superior poderiam ser comparados e reunidos em conjuntos geograficamente homogêneos. 2- *um sistema descentralizado e contratualizado*, através de contratos quadriennais de desenvolvimento das instituições, incluindo a forma de escolha dos Presidentes que, sem alterar sua legitimidade democrática e seus poderes na definição da política pedagógica e científica, seria eleito por dois colégios (comunidade universitária + representantes do mundo científico, econômico, associativo e sindical, por 4 anos, renovável uma vez; 3- *uma avaliação eficaz e transparente*, onde “a avaliação (interna e externa) seria a contrapartida natural da autonomia universitária” e os recursos deveriam ser alocados em função da maneira como fosse respeitado o contrato de gestão para o desenvolvimento da universidade.

O Relatório prevê que o *status* de professor universitário seria atribuído somente a docentes que “tenham exercido sua atividade em, ao menos, dois estabelecimentos de ensino superior ou de pesquisa, com comprovada capacidade pedagógica e de orientação de trabalho e pesquisa, não podendo desempenhar sua carreira na instituição em que obteve o seu doutorado.

## Conclusão

O *Rapport Jacques Attali* propõe, portanto, uma reforma ampla e urgente do ensino superior francês no horizonte dos novos desafios europeus para uma região que deu, historicamente, origem à instituição universitária: “Os estabelecimentos de ensino superior deveriam formar um sistema mais homogêneo, conjuntos geograficamente coerentes, colocando em comum os recursos e dispondo de uma real autonomia. Em contrapartida, eles deveriam ser objeto de uma avaliação mais sistemática, mais aberta e mais criadora de direitos e deveres.” Enfim, considera igualmente que, para formar um novo consenso em torno da universidade, a reforma depende apenas da vontade política do governo e de um amplo debate.

A proposta de reforma se insere na perspectiva da integração européia. Reconhecendo a importância dos programas comunitários destinados a favorecer a mobilidade dos estudantes na Europa (ERASMUS e COMETT), o Relatório vai além: “Para evitar que o mercado determine a natureza da educação européia e imponha progressivamente uma harmonização de currículos e dos modos de organização das universidades, uma política européia de ensino superior deverá emergir, preservando as especificidades das tradições universitárias do continente, mas estimulando a inovação, a mobilidade e a emulação.”(p.4-7).

Impõe-se a necessidade de maiores recursos para o ensino superior francês para assegurar sua posição na competição européia: “Em síntese, o ensino su-

perior francês não conservará um lugar de primeiro escalão na competição mundial se a nação não atribuir recursos crescentes e mais bem empregados, através do orçamento do Estado, das coletividades territoriais e das empresas. Esta é a condição primeira para a manutenção do nível de desenvolvimento do país.”

Defendendo a concepção da comunidade européia de “uma livre circulação de mercadorias, de capitais, de pessoas e de idéias”, o Relatório defende que “não poderá haver uma Europa do Emprego sem a Europa da Educação”. Nesta perspectiva, “sem uniformizar seus sistemas, os países da Europa deverão optar por uma certa harmonização dos currículos e diplomas e definir um modelo europeu específico, nem burocrático, nem submetido ao mercado. Sómente este terá o tamanho necessário para controlar (“maîtriser”) a mundialização e promover os valores próprios de um continente onde foi, pela primeira vez na história moderna, estabelecida uma universidade”(p.2-3).

O *Rapport Attali* conclui de forma enfática sobre a urgência e a relevância para a França da reforma do ensino superior:

“Se este relatório, como outros, for colocado em alguma prateleira, se uma reforma maior do ensino superior não for realizada de forma rápida e durável, o país perderá totalmente a chance de melhor utilizar o formidável potencial de sua juventude. Ele caminhará, pouco a pouco, para o abismo de um irreversível declínio”. E termina com um apelo: “Um projeto assim ambicioso só poderá ter sucesso se ele se tornar uma urgência, uma prioridade, uma necessidade nacional”.

(1) O texto integral foi publicado nos “dossiers” de Education do jornal Le Monde e difundido através da internet no site: <http://www.lemonde.fr/dossiers/attali/index.html>.

(2) Fontes: MEC/SEEC, Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1961. MEC/INEP, Censo Escolar, Ensino Superior, 1996.